

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 22 de agosto de 2023 às 09h22
Seleção de Notícias

R7 | BR

Patentes

Tribunal dos EUA decide que arte gerada por IA não pode ser protegida por direito autoral	3
<small>PRISMA</small>	

Agência Câmara | BR

ABPI

Comissão de Cultura debate atualizações na Lei de Direito Autoral	8
<small>COMISSÕES FAVOR</small>	

Jornal do Comércio RS - Online | RS

Marco regulatório | INPI

Pesquisadora gaúcha conquista 41 patentes na área de biotecnologia	9
<small>PATRICIA KNEBEL</small>	

MSN Notícias | BR

Direitos Autorais

Projeto dos direitos autorais trava na Câmara, e grupos trocam acusações	11
<small>JOÃO GABRIEL</small>	

Tribunal dos EUA decide que arte gerada por IA não pode ser protegida por direito autoral

PRISMA

Uma obra de arte criada por inteligência artificial sem qualquer contribuição humana não pode ser protegida por **direitos** autorais sob a lei dos Estados Unidos, decidiu um tribunal em Washington.

Apenas obras com autores humanos podem receber **direitos** autorais, disse a juíza distrital dos EUA Beryl Howell na sexta-feira (18), confirmando a rejeição do Escritório de **Direitos** Autorais dos EUA a um pedido apresentado pelo cientista da computação Stephen Thaler em nome de seu sistema Dabus.

A decisão de sexta-feira segue derrotas de Thaler em pedidos de **patentes** nos EUA que cobrem invenções que ele afirmou terem sido criadas pelo Dabus.

Thaler também solicitou patentes para criações do Dabus em outros países, incluindo Reino Unido, África do Sul, Austrália e Arábia Saudita, com sucesso limitado.

O advogado de Thaler, Ryan Abbott, afirmou nesta segunda-feira que ele e seu cliente discordam veementemente da decisão e que irão recorrer.

O campo em rápido crescimento da inteligência artificial (IA) generativa tem levantado novas questões relacionadas à propriedade intelectual. A Agência de **Direitos** Autorais norte-americana também rejeitou uma tentativa de um artista de obter **direitos** autorais sobre imagens geradas pelo sistema de IA Midjourney, apesar do argumento do artista de que o sistema faz parte de seu processo criativo.

"Estamos nos aproximando de novas fronteiras em **direitos** autorais à medida que os artistas incorporam a IA em suas ferramentas", o que levantará "questões desafiadoras" para a lei, escreveu Howell na sexta-feira.

Thaler solicitou em 2018 uma cobertura de **direito** autoral para "A Recent Entrance to Paradise" (Uma Entrada Recente no Paraíso), uma obra de arte visual que ele disse ter sido criada por seu sistema de IA sem qualquer contribuição humana. A agência rejeitou o pedido no ano passado e afirmou que obras criativas devem ter autores humanos para serem protegidas por **direitos** autorais.

Thaler contestou a decisão em um tribunal nor-

Continuação:
Tribunal dos EUA decide que arte gerada por IA não pode ser protegida por direito autoral

te-americano, argumentando que a autoria humana não é um requisito legal concreto e que permitir **direitos** autorais para IA estaria de acordo com o propósito dos **direitos** autorais conforme delineado na Constituição dos EUA para "promover o progresso da ciência e das artes úteis".

Howell concordou com a agência e afirmou que a autoria humana é um "requisito fundamental dos **direitos** autorais" com base em um "entendimento consolidado de séculos".

LEIA ABAIXO: Artista usa inteligência artificial para transformar bilionários em pessoas muito pobres

Será que o meme 'Perdeu tudo! O drama de ____ morando de aluguel' foi longe demais? O artista e fotógrafo indiano Gokul Pillai utilizou inteligência artificial para deixar alguns dos homens mais ricos do mundo com a aparência de moradores de regiões muito pobres

Para inverter a realidade dessa forma, Gokul utilizou o programa Midjourney, que cria imagens a partir de requisições de texto. Como resultado, ricos aparecem magros, com expressões entristecidas e roupas sujas e rasgadas. Na foto, vemos Mark Zuckerberg, fundador e dono da Meta, em um cenário de pobreza

A série de fotos foi chamada de Slumdog Millionaires - uma referência indireta ao filme Quem Quer Ser um Milionário?, que se passa na Índia. Acima, vemos Elon Musk, que enfrentou problemas com a explosão do foguete Starship logo após o primeiro voo

'Slum' significa 'favela'. Na Índia, o termo 'slumdog' (em tradução direta, 'cão de favela') significa pessoa muito pobre e com poucas perspectivas de sair dessa condição de vida. Na foto, Donald Trump também se

Continuação:
Tribunal dos EUA decide que arte gerada por IA não pode ser protegida por direito autoral

tornou um 'slumdog' Peritos 'matam' rinocerontes, leões e girafas para identificar e prender caçadores de animais selvagens

Warren Buffet, investidor do mercado de ações e também um dos mais ricos do mundo, entrou na listaNÃO VÁ EMBORA: Nadou 48 km: 'sereia' profissional recolhe lixo plástico para conscientizar sobre poluição

Na legenda da série de fotos, publicada no Instagram, Gokul ainda pergunta se 'Ele não esqueceu de acrescentar alguém à lista?'Acima, vemos o bilionário Mukesh Ambani, dono da maior empresa privada da Índia

A publicação teve mais de 28 mil curtidas e recebeu elogios nos comentáriosJá viu Jeff Bezos dessa forma?VALE SEU CLIQUE: Mudanças climáticas aceleradas descongelam estação de pesquisa mais ao norte do mundo

Copyright © Thomson Reuters.

Alguns apontaram que faltou o francês Bernard Arnault, o atual homem mais rico do mundo, dono da empresa de artigos de luxo LVMH. Mas lá está Bill Gates, um dos que ficaram mais tempo no posto de maior bilionário do mundo

Continuação:
Tribunal dos EUA decide que arte gerada por IA não pode ser protegida por direito autoral

Continuação:
Tribunal dos EUA decide que arte gerada por IA não pode ser protegida por direito autoral

Comissão de Cultura debate atualizações na Lei de Direito Autoral

COMISSÕES

Educação, cultura e esportes

Comissão de Cultura debate atualizações na Lei de **Direito** Autoral

0

Comentários

21/08/2023 - 12:51

André Santos/Prefeitura de Uberaba-MG

Comissão analisa projeto que obriga o Ecad a cadastrar músicos acompanhantes

A Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados promove audiência pública nesta quarta-feira (23) sobre a necessidade de atualizações na Lei de **Direito** Autoral. O requerimento para a realização do debate foi apresentado pela deputada Lídice da Mata (P-SB-BA). Ela é relatora do Projeto de Lei 5542/20, que garante pagamento de **direitos** autorais a músicos acompanhantes e arranjadores. "Por dis-

plicência ou desinformação, milhares de músicos não recebem direito conexo e nem constam no cadastro utilizado pelo Ecad", disse a deputada.

O debate será realizado no plenário 10, às 15h30.

Foram convidados para discutir o assunto, entre outros:

- o presidente da Associação Brasileira de **Direito** Autoral (ABDA), Roberto Corrêa de Melo;

- a coordenadora da Comissão de Estudo de **Direito** Autoral e **Direitos** da Personalidade da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (**ABPI**), Daniela Camara Colla; e

- o representante do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição Mário Sérgio Machado de Campos.

Confira a lista completa de convidados

Da Redação - ND

Pesquisadora gaúcha conquista 41 patentes na área de biotecnologia

Com a expressiva marca de 41 patentes obtidas na área de desenvolvimento de vacinas recombinantes, diagnóstico de doenças veterinárias e formulações com ação antiparasitária, Sibele Borsuk, coordenadora do programa de Pós-Graduação em Biotecnologia na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), vê cada vez mais perto a transformação de anos de estudos em inovação, com a possibilidade dos produtos resultantes destes avanços chegarem a mercado. A pesquisadora teve a sua atuação reconhecida com o Prêmio Futuro da Terra, na categoria Inovação e Tecnologia Rural.

Integrante do Comitê de **Inovação** Tecnológica (CIT) e da Comissão Interna de Biossegurança (CI-Bio) da UFPEL, ela lidera o grupo de pesquisa em biotecnologia infecto-parasitária da instituição, contribuindo para os avanços em uma área que ainda precisa evoluir.

Sibele pontua que, no que envolve as vacinas recombinantes ou vacinas de terceira geração, há maior disponibilidade de tecnologias para pets e equinos, que são animais de alto valor agregado. "Já no nicho dos animais de produção (aves, suínos, ovinos, caprinos, bovinos), existem poucas metodologias disponíveis no mercado, e, além disso, para ter o uso difundido para prevenção destas doenças nessas espécies de produção, elas precisam ter um custo baixo", comenta.

A sua atuação tem se voltado para o desenvolvimento de vacinas e diagnóstico de doenças veterinárias com ênfase para a linfadenite caseosa (doença de acomete ovinos e caprinos), neosporose bovina (uma das principais causas de aborto em ovinos), e toxocariose canina (zoonose transmitida por parasitas eliminados por cães no ambiente).

Nos projetos relacionados à linfadenite caseosa, a pesquisadora destaca que os resultados são bastante

promissores: o grupo já testou diferentes tipos de vacinas recombinantes (como vacinas de DNA, de subunidade e vetorizadas) com ótimos resultados em ensaios pré-clínicos (em camundongos).

"Cerca de 30 diferentes formulações vacinas já foram testadas com índices de eficácia de variaram de 30% a 100%. As com melhor desempenho estão sendo avaliadas na espécie alvo (ovinos e caprinos)", acrescenta.

No âmbito desse projeto, o grupo soma 17 registros de patentes junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**), sendo que uma das patentes foi concedida neste ano. "Para a neosporose, os resultados mais importantes são para o diagnóstico onde padronizamos um método de diagnóstico baseado na técnica de polarização da fluorescência. Ele foi registrado no **INPI** e tivemos a concessão da patente depositada", acrescenta. Em relação à toxocaríase, o projeto é direcionado ao diagnóstico em diferentes espécies (incluindo canina e bovina, além do diagnóstico do contato humano com o parasita *T. canis*), resultando em mais duas patentes registradas.

No total, os projetos liderados pela pesquisadora contabilizam 41 patentes (privilégio de inovação) na área de Desenvolvimento de vacinas recombinantes, diagnóstico de doenças de importância veterinária e de formulações com ação antiparasitária - destas, quatro foram concedidas pelo **INPI**.

Sibele comenta que as mais importantes estão relacionadas à produção de vacinas recombinantes para linfadenite caseosa. "O **INPI** leva em torno de 10 anos para avaliar se a patente registrada possui tecnologia inédita", explica. Só depois dessa avaliação, a concessão é feita ao titular (a instituição onde a pesquisa foi realizada e os inventores, incluindo o pesquisador responsável pela pesquisa).

Continuação: Pesquisadora gaúcha conquista 41 patentes na área de biotecnologia

"Ainda não lançamos no mercado nenhum produto decorrente das patentes concedidas, mas a concessão de quatro patentes emitidas pelo **INPI** é uma etapa muito importante, que qualifica a patente como inovação, conferindo a seu titular a exclusividade de uso, comercialização e produção de determinada tecnologia no Brasil", explica. "O próximo passo é a busca por empresas da área de diagnóstico e produção de vacinas", finaliza Sibebe.

A pesquisadora é bolsista de Produtividade em Pesquisa na área de Biotecnologia desde 2014. Foi orien-

tadora por duas vezes de teses premiados com o Prêmio Capes de Tese em 2017. Nos últimos anos produziu mais de 80 artigos científicos em periódicos internacionais e três livros. Já orientou 21 alunos de Iniciação Científica com bolsas de agências de fomento, 15 mestres e 14 doutores.

Premiada: Sibebe Borsuk

Categoria: Inovação e Tecnologia Rural

Projeto dos direitos autorais trava na Câmara, e grupos trocam acusações

BRASÍLIA, DF (FOLHAPRESS) - Após trocas de acusações nos bastidores, artistas e o setor de radiodifusão tornaram públicas as desavenças que travaram o andamento do projeto de lei dos direitos autorais e da remuneração jornalística. A expectativa era a de que a votação tivesse acontecido na semana passada, mas a ausência de um acordo entre os grupos fez o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), suspender o andamento do projeto, que não tem mais previsão de ser colocado em pauta e pode submergir. Até o momento, não há novas reuniões marcadas para tratar do assunto, e o próprio relator do texto, Elmar Nascimento (União Brasil-BA), admite a interlocutores que o tema deve ficar parado, pelo menos por um tempo. O projeto de lei 2.370 quer obrigar emissoras e plataformas de streaming a novos pagamentos de direitos autorais para cantores, atores e obras de audiovisual principal ponto do impasse.

No mesmo projeto, também está prevista a remuneração de conteúdo jornalístico pelas big techs, uma demanda dos principais veículos de comunicação, entre eles a Globo e o jornal Folha de S.Paulo. A articulação em volta do debate envolveu até a primeira-dama Janja, que apoia a reivindicação dos artistas, liderada pela atriz e produtora Paula Lavigne e organizada em torno do Movimento 342 Artes. Artistas e radiodifusores chegaram a avançar em um acordo sobre o texto no último dia 9, após reunião na residência oficial de Lira, com a presença da autora do projeto, Jandira Feghali (PC do B-RJ), e do relator. No encontro, definiu-se, por exemplo, que haveria um período de transição privilegiado para empresas brasileiras com relação às estrangeiras: enquanto as de fora do país passariam a pagar os direitos autorais no momento da aprovação da lei, as nacionais teriam três anos para começar a seguir essas mesmas regras.

O movimento foi um aceno sobretudo à Globo, que engloba também o Globoplay, que em um primeiro momento seria beneficiado, por exemplo, frente a Netflix e Amazon Prime. Após o encontro, Lira che-

gou a dizer publicamente que a votação estava prevista para a última terça-feira (15), mas o acordo foi por água abaixo após Elmar Nascimento publicar seu relatório sobre o projeto, no sábado (12). "Lamento muito que o acordo tenha retroagido. Só voto essa matéria com acordo [...] O texto precisa ser acordado pelas duas partes para que o texto seja aprovado no plenário", disse Lira, dias depois, deixando evidente que a proposta, agora, pode cair no esquecimento. O impasse se deu quanto à remuneração dos direitos autorais sobre os contratos já vigentes. Também causa divergências a negociação dos direitos autorais individualizada, ou seja, a possibilidade de uma radiodifusora fechar um acordo de remuneração sobre determinado filme com um ator diferente do resto do elenco, por exemplo.

Primeiro nos bastidores, os setores trocaram acusações sobre quem rompeu o acordo. Dentre os presentes na reunião do dia 9, um grupo afirma que foi pactuado que a nova regra de remuneração atingiria todas as obras, inclusive as já em circulação atualmente, enquanto outro diz que o consenso era de que a lei valeria apenas para novos contratos. Nos últimos dias, porém, as farpas se tornaram públicas. Na noite de quarta-feira (16), um dia após a declaração de Lira, quase 30 entidades ligadas aos artistas publicaram uma nota afirmando que as empresas foram intransigentes na negociação, especificamente a Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão) e a Abratel (Associação Brasileira de Rádio e Televisão), que representam o setor de radiodifusão. "O setor artístico lamenta profundamente a intransigência das empresas de radiodifusão nesta negociação. Lamentamos também a resistência destes setores empresariais em reconhecer este direito constitucionalmente assegurado, o direito dos artistas e criadores a serem remunerados pela exploração econômica de suas obras na janela digital", disseram os artistas, na nota. Um dia depois, na noite de quinta-feira (17), Abert e Abratel responderam. "A classe artística pretende re-

Continuação: Projeto dos direitos autorais trava na Câmara, e grupos trocam acusações

ceber esta nova remuneração por obras audiovisuais produzidas no passado, cujos direitos autorais e conexos para a disponibilização na internet já foram previstos e/ou pagos pelas emissoras e a cessão de direitos permanece vigente", disseram as associações. "O setor de radiodifusão esclarece publicamente que não se opõe ao reconhecimento desta remuneração autoral de obras na internet. Entretanto, as signatárias compreendem que referido direito deverá respeitar os contratos já pactuados e que estejam em vigor, assegurada também a possibilidade da gestão e cessão individual de direitos pelos artistas, se assim o de-

sejarem", completaram. As duas notas afirmam, ao final, que estão dispostas a seguir dialogando. Durante as negociações não foram ouvidos representantes das big techs. O projeto dos direitos autorais voltou à pauta da Câmara no primeiro semestre, após o insucesso na votação do PL das Fake News, que também acabou travado.

Então, foi feito um acordo para que a parte que trata da publicidade nas redes, da remuneração de conteúdo e dos artistas fosse debatida neste outro projeto, com relatoria de Elmar Nascimento.

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais
3, 8, 11

Patentes
3

ABPI
8

Direitos Autorais | **Direito da Per-**
sonalidade
8

Inovação
9

Marco regulatório | **INPI**
9